

Instituto Serendipidade

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros e Diretores do

Instituto Serendipidade

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Serendipidade (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Serendipidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

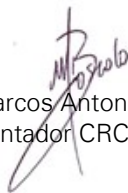
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 30 de janeiro de 2023

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-027683/0-6 'F' SP



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto Serendipidade

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	879.270	904.209	Fornecedores		1.308	11
Despesas antecipadas		<u>3.179</u>	<u>3.330</u>	Obrigações trabalhistas	6	<u>20.876</u>	<u>7.504</u>
Total do ativo circulante		<u>882.449</u>	<u>907.539</u>	Total do passivo circulante		<u>22.184</u>	<u>7.515</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	5	23.240	26.069	Patrimônio líquido		926.570	343.496
Intangível		<u>478</u>	<u>477</u>	Superávits acumulados		<u>(42.587)</u>	<u>583.074</u>
Total do ativo não circulante		<u>23.718</u>	<u>26.546</u>	Total do patrimônio líquido		<u>883.983</u>	<u>926.570</u>
Total do ativo		<u>906.167</u>	<u>934.085</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>906.167</u>	<u>934.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Serendipidade

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita beneficentes			
Receitas de associados		-	3.000
Receitas de doações	10	615.355	1.098.144
Receitas de trabalhos voluntários	16	541.945	532.197
		<u>1.157.300</u>	<u>1.633.341</u>
Receitas totais			
		<u>1.157.300</u>	<u>1.633.341</u>
Custos e despesas operacionais			
Custos com projetos	11	(210.175)	(310.831)
Custos de trabalhos voluntários	16	(76.661)	(60.797)
Despesas de trabalhos voluntários	16	(465.284)	(471.400)
Despesas com pessoal	12	(265.887)	(87.294)
Despesas gerais e administrativas	13	(204.736)	(111.383)
Despesas com depreciação		(2.828)	(818)
		<u>(1.225.571)</u>	<u>(1.042.523)</u>
(Déficit) superávit operacional			
		(68.271)	590.818
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		34.930	8.568
Despesas financeiras		(9.246)	(16.312)
		<u>25.684</u>	<u>(7.744)</u>
(Déficit) superávit do exercício			
		<u>(42.587)</u>	<u>583.074</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Serendipidade

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
(Déficit) superávit do exercício	(42.587)	583.074
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(42.587)</u></u>	<u><u>583.074</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Serendipidade

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020 (não auditado)		-	343.496	343.496
Transferência para patrimônio social		343.496	(343.496)	-
Superávit do exercício		-	583.074	583.074
		<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		343.496	583.074	926.570
Transferência para patrimônio social		583.074	(583.074)	-
Superavit do exercício		-	(42.587)	(42.587)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		926.570	(42.587)	883.983
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Serendipidade

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(42.587)	583.074
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	<u>2.828</u>	<u>818</u>
	(39.759)	583.892
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Despesas antecipadas	151	(3.330)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	1.296	2
Obrigações tributárias	<u>13.372</u>	<u>5.893</u>
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades operacionais	<u>(24.939)</u>	<u>586.457</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>-</u>	<u>(26.078)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(26.078)</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.939)</u>	<u>560.380</u>
Caixa e equivalente de caixa em 1º janeiro	904.209	343.829
Caixa e equivalente de caixa em 31 dezembro	<u>879.270</u>	<u>904.209</u>
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.939)</u>	<u>560.380</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Serendipidade é uma associação civil de fins não lucrativos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Tomás Carvalhal, 495, apto. 21, Paraíso, CEP 04006-001 constituída por prazo indeterminado, regendo-se pela Lei 10.406/2002, conforme alterada e em vigor, e demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo Estatuto Social.

O Instituto tem por finalidade:

- (a) Promover, difundir, aperfeiçoar e fomentar, por diversos meios, projetos ligados à inclusão de pessoas com necessidades específicas;
- (b) Apoiar e fomentar, inclusive mediante aportes financeiros, quaisquer ações e projetos que venham a contribuir com a sensibilização, o desenvolvimento e a inclusão das pessoas com necessidades específicas, dentre outros;
- (c) Promover eventos, compartilhamento de histórias e parcerias para difundir o espírito de inclusão e apoio às pessoas com necessidades específicas e aos projetos ligados à inclusão e diversidade, e captar recursos e investimento para tais projetos;
- (d) Desenvolver produtos e serviços, realizar eventos, cursos, palestras e atuar em iniciativas diversas com a finalidade de captação de recursos para os projetos desenvolvidos e/ou apoiados pela Associação;
- (e) Divulgar notícias e informações relacionadas à área de inclusão; e

Promover pesquisas, experimentos e mecanismos de incentivo à inovação na área de inclusão.

O Instituto Serendipidade é constituído por Associados Fundadores e Associado Efetivos. Sua gestão é realizada por: a) Conselho Deliberativo, composto por no mínimo 05 e no máximo 10 membros; b) Diretoria Executiva, composta por 02 a 04 diretores, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Financeiro e 02 Diretores sem designação.

O patrimônio é constituído de bens móveis e imóveis, veículos e semoventes, títulos, ações, apólices da dívida pública e outros bens que adquirir ou receber em doação.

São fontes de recursos para a manutenção da Associação:

- (a) as contribuições de seus Associados, na forma prevista no Estatuto Social;
- (b) as doações, os legados e os patrocínios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- (c) as parcerias, subvenções, convênios e programas com entidades governamentais, não governamentais ou da iniciativa privada, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação aplicável;

- (d) a cobrança de ingressos em eventos promovidos pela Associação;
- (e) a realização de eventos beneficentes;
- (f) a comercialização de produtos e/ou serviços desenvolvidos pela Associação e/ou por terceiros, em benefício da Associação; e
- (g) outras formas de captação de recursos aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impacto COVID-19

No final do primeiro trimestre de 2020, a sociedade brasileira foi impactada pela crise mundial causada pelo COVID-19. O Instituto Serendipidade tem uma estrutura administrativa extremamente enxuta, custos operacionais dos programas variáveis e uma política de caixa conservadora. Tais características possibilitaram que os impactos financeiros do COVID fossem extremamente limitados para o Instituto. Não foram necessárias nenhuma revisão: das premissas de perda esperada, de mensuração de ativos, de provisões para contingências ou ainda qualquer renegociação de contratos naquele ano. Com a diminuição da letalidade da Covid-19, as perspectivas de avanços na vacinação e maior liberdade das políticas públicas, fizemos nosso planejamento para 2021 considerando o retorno de eventos presenciais, ainda que mantivemos a flexibilidade para não ter grande impacto caso isto não fosse possível, uma vez que as dúvidas sobre as políticas mais corretas e eficazes ainda permaneciam.

Para a entrada de recursos, nosso planejamento de 2021 previa retorno de eventos presenciais como as principais campanhas de arrecadação. Tais atividades foram inviabilizadas pela pandemia, principalmente por cautela do nosso conselho e diretoria, seguindo indicação dos especialistas de saúde ou ainda receio das pessoas em participar. Assim, acabamos concentrando nossos esforços de captação em campanhas online. Nossas captações e planejamento sólido e conservador do ponto de vista de caixa nos permitiu não somente manter toda a programação financeira do ano, como retomar programas próprios que estavam paralisados por restrições da pandemia e expandir nossas atividades e equipe. Seguimos sem precisar aderir a nenhum dos programas de apoio disponibilizados pelo Governo Federal Brasileiro ou por quaisquer outros poderes públicos.

Com sucesso da nossa estratégia de arrecadação, e maior liberdade das políticas públicas de circulação em função da pandemia, tivemos a retomada de dois de nossos programas (Iniciação Esportiva e Envelhecimento) que tiveram atividades suspensas no ano anterior. Conforme previmos em nossas notas de 2020 os programas retornaram a sua normalidade em 2021, seguindo avaliações e indicação dos profissionais de saúde e das entidades parceiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de janeiro de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros registrados não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o período corrente é a seguinte:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Provisões e passivo circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Receitas operacionais

(i) Receita de doações

As doações recebidas pelo Instituto em moeda corrente são provenientes de doações de pessoas físicas ou jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos, e são reconhecidas no resultado do exercício quando ocorre o recebimento dos recursos.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o Instituto registrou o montante de R\$ 541.945 (R\$ 532.197 em 2020) referente a trabalhos voluntários (Nota Explicativa 16).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e Equivalente de Caixa		
Banco conta movimento	135.122	1.309
Aplicações financeiras	744.148	902.900
Total	879.270	904.209

- (a) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas em 2021 e 2020, as taxas que variam em média de 95% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

5 Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	2021
Custo			
Máquinas e equipamentos	25.898	-	25.898
Equipamentos de informática	1.022	-	1.022
Total	26.920	-	26.920
Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(647)	(2.590)	(3.237)
Equipamentos de informática	(204)	(239)	(443)
Total	(851)	(2.828)	(3.680)
Saldo líquido	26.069	(2.828)	23.240

	2019 (não auditado)	Adições	2020
Custo			
Máquinas e equipamentos	-	25.898	25.898
Equipamentos de informática	1.022	-	1.022
Total	1.022	25.898	26.920
Depreciação			
Máquinas e equipamentos	-	(647)	(647)
Equipamentos de informática	(34)	(170)	(204)
Total	(34)	(818)	(852)
Saldo líquido	988	25.080	26.068

6 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Salários à pagar	8.183	-
INSS a recolher	6.339	5.275
IRPF à recolher	4.264	1.302
FGTS a recolher	1.803	824
PIS a recolher	287	103
Total	20.876	7.504

7 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto não possuía processos ou questionamentos de natureza cível, trabalhista e tributária, classificado por seus assessores jurídicos como risco de perda provável, que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo do risco possível, que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências.

8 Remuneração da Administração

O Instituto não remunera os membros da sua diretoria estatutária, bem como seu presidente. Não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Patrimônio líquido

É constituído pelos superávits acumulados do exercício corrente e dos demais exercícios, o qual em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 883.983 (R\$ 926.570 em 2020).

De acordo com o Estatuto Social, no caso de dissolução da Associação, o seu patrimônio será transferido para outras associações sem fins lucrativos, preferencialmente que tenham o mesmo objeto social, de livre escolha da Assembleia Geral que determinar a dissolução.

10 Receita de doações

	2021	2020
Doações de pessoa jurídica	433.867	562.049
Doações de pessoa física	181.488	534.095
Eventos beneficentes	-	2.000
Total	615.355	1.098.144

11 Custo com projetos

	2021	2020
Atendimento a criança e adolescente	210.175	55.332
Atendimento a pessoa com deficiência	-	243.000
Atendimento ao idoso	-	10.000
Outros	-	2.499
Total	210.175	310.831

No ano de 2020, em função da paralização da pandemia o Instituto fez uma campanha de apoio a diversas entidades para que sobrevivessem a crise do setor. Neste sentido, foram selecionadas diversas entidades para receberem os recursos (CIAM, Instituto Inserir, Casa Joana, Centro Social Nossa Senhora da Penha, Adere, Simbora Gente, Novo Rumo, Amor para Down, Viva Down, Apoie, Instituto Mano Down), sendo que todas atendem pessoas com deficiência de diversas faixas etárias. No ano de 2021, foram retomados os programas próprios do Instituto e assim os recursos foram direcionados para os programas de Iniciação Esportiva (em parceria com CIAM) que tem foco até 7 anos de idade, e ao programa da Escola de Impacto (em parceria com a Turma do Jilo) que tem o foco em adolescentes.

12 Despesas com pessoal

	2021	2020
Salário	146.674	57.541
INSS	47.727	17.221
Alimentação ao trabalhador	19.654	-
Férias e adicional	15.301	889
FGTS	14.058	5.162
13º Salário	13.237	5.833
Bolsa estudo e estagiário	7.400	-
PIS sobre folha pagamento	1.775	648
Assistência médica	61	-
Total	265.887	87.294

O crescimento das despesas com pessoal refere-se ao incremento no quadro de funcionários ocorrido em 2021 com a retomada de projetos que estavam com as atividades reduzidas em 2020 em função da COVID19.

13 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de comunicação	81.333	82.687
Serviços Prestados Pessoa Jurídica (PJ) (a)	77.611	11.218
Serviços gráficos e publicidade (b)	25.280	-
Serviços prestados pessoa física	7.838	-
Uniformes	6.706	9.547
Material de escritório	1.383	2.718
Outras despesas	4585	5.213
	<u>204.736</u>	<u>111.383</u>

- (a) Houve aumento decorrente a prestação de serviço da auditoria.
- (b) Em 2021 tiveram despesas com cota de patrocínio no valor de R\$ 20.000 direcionados para o maior congresso brasileiro sobre Síndrome de Down para viabilizá-lo.

14 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)

15 Instrumentos financeiros

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

16 Trabalho voluntário

A Associação mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus conselheiros, consultores e voluntários em seus programas sociais, como estabelece a Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	2021	2020
Custos com trabalho voluntário		
Projeto envelhecimento	37.587	21.112
Projeto Laços	39.074	39.685
	<u>76.661</u>	<u>60.797</u>
Despesas com trabalho voluntário		
Diretoria Administrativa	299.347	296.029
Conselhos consultivos	165.937	175.371
	<u>465.284</u>	<u>471.400</u>
	<u>541.945</u>	<u>532.197</u>

* * *

Henri Zylberstajn
Diretor Presidente

Fabio Zaclis
Diretor Financeiro

Jairo Zylberstajn
Contador
CRC – CT 1SP072516/O-6